Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da administração		3
Relatório dos auditores independentes		5
Balanço patrimonial		8
Demonstração do resultado		9
Demonstração do resultado abrangente		10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido		11
Demonstração dos fluxos de caixa		12
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras		
1	Contexto operacional	14
2	Apresentação das demonstrações financeiras	14
3	Descrição das principais políticas contábeis	16
4	Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025	21
5	Caixa e equivalente de caixa	22
6	Títulos e valores mobiliários	23
7	Relações interfinanceiras	24
8	Instrumentos financeiros derivativos	24
9	Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	25
10	Outros créditos	28
11	Ativos não financeiros mantidos para venda	28
12	Investimentos e participações	29
13	Imobilizado de uso	29
14	Depósitos	29
15	Recursos de aceites e emissão de títulos	30
16	Obrigações por empréstimos e repasse	31
17	Outras obrigações	32
18	Imposto de renda e contribuição social	33
19	Contingências	34
20	Patrimônio líquido	34
21	Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	35
22	Transações com partes relacionadas	38
23	Outras despesas e receitas operacionais	39
24	Outras informações	39
25	Resultados não recorrentes	40
26	Eventos subsequentes	40

Relatório da Administração

Senhores acionistas, conselheiros e clientes: Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 31 de dezembro de 2025.

O segundo semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico ambíguo, que combinou sinais de início da desaceleração na atividade doméstica com uma deterioração da percepção de risco. No cenário internacional, as ações do governo dos Estados Unidos, sob a bandeira de proteger a indústria doméstica e reduzir o déficit externo, marcaram a sustentação da incidência de tarifas comerciais unilaterais, tensão geopolítica que vem constantemente testando os limites institucionais nos EUA e a tolerância global a esse tipo de postura de redução do multilateralismo. As medidas representaram uma inflexão importante na ordem econômica global, elevando incertezas sobre o comércio internacional.

Apesar do ambiente externo mais adverso, o Brasil demonstrou resiliência em seus fundamentos econômicos. O real sustentou a valorização significativa do primeiro semestre do ano, corroborada por uma combinação de termos de troca favoráveis, fluxo externo positivo e diferencial de juros atrativo. Além disso, o questionamento crescente sobre a chamada "excepcionalidade americana", contribuiu para redirecionar parte dos fluxos para mercados emergentes, favorecendo a moeda brasileira. Esse movimento ajudou a mitigar parte da pressão inflacionária e a atuar como âncora das expectativas de preços, mesmo diante da instabilidade fiscal e política. Do lado da inflação, houve também contribuição importante das perspectivas de mais uma safra recorde, que reforça a expectativa de continuidade do alívio nos preços dos alimentos, ajudando a conter a disseminação inflacionária.

No lado fiscal, embora tenham se intensificado os questionamentos sobre a capacidade do governo de controlar os gastos públicos, os dados fiscais do período mostraram uma realidade mais equilibrada do que o antecipado pelos analistas mais pessimistas. A arrecadação federal permaneceu em patamar elevado e, mesmo com pressões do lado das despesas, o déficit primário deve ter encerrado o ano dentro dos limites da meta estabelecida pelo arcabouço. Ainda assim, a ausência de sinais mais firmes de compromisso com o ajuste estrutural levou a um ambiente de maior cautela, ainda pressionando os ativos financeiros e mantendo os prêmios de risco na curva de juros em patamares elevados.

Esse contraste ficou evidente ao longo do semestre: de um lado, a economia apresentou resultados sólidos, com geração de empregos, consumo ainda aquecido (por mais que já tenha mostrado sinais de desaceleração) e desempenho ainda robusto das empresas; de outro, persistiu a desconfiança em relação à condução das contas públicas, refletida na elevação dos prêmios de risco e na cautela dos investidores, além de maiores restrições orçamentárias, refletindo impacto da taxa de juros no endividamento das famílias

O exercício de 2025 marcou a jornada do BRP como um banco provedor de serviços alinhado com a Resolução conjunta nº 16 de prestação de serviços de Banking as a Service- BaaS. Acompanhamos as evoluções tecnológicas na indústria financeira com o propósito de alcançar soluções personalizadas para atender os nossos clientes através da oferta de serviços e produtos. Neste ano, o BRP atuou fortemente nos pilares do Banco Central do Brasil, ampliando os serviços voltados para o pagamento instantâneo através da oferta do Pix Automático para o cliente pagador e para o beneficiário final. No Open Finance, adquirimos a certificação para sermos ITP- Iniciador de Transações de Pagamento, permitindo que o BRP inicie uma transação sem a necessidade de o usuário acessar o site do banco onde possui a conta ou seja, a uma redução da jornada do cliente diminuindo a fricção por parte dele. O BRP participou ativamente da 2ª fase do projeto DREX com o tema da Cédula de Crédito Bancária tokenizada e do Título Público Tokenizado utilizado como garantia de operações de crédito.

No projeto do DREX (Real Digital) o BRP esteve na liderança direta das discussões sobre a ótica técnica, arquitetura e principalmente do negócio e mesmo com a finalização do projeto pelo regulador, o Banco

continua convicto que os benefícios gerados com os ativos financeiros digitais na tecnologia Blockchain, proporcionarão a maior aderência as agendas do BC, redução de custo, eficiência do mercado financeiro e inclusão financeira.

Neste exercício, intensificamos as nossas parcerias junto à fintechs e indústria de fundos (Assets, Corretoras, DTVMs) ofertando serviços voltados para a instrumentalização das Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas do Produtor Rural e Cédulas de Crédito Imobiliário, registros, custódias e liquidações financeiras via Depositária Central. A automação dos serviços ocorre através da sua infraestrutura de APIs e da disponibilização do parque tecnológico da instituição dando mais segurança, agilidade e facilidade nas prestações de serviços. Atuamos junto a alguns participantes de mercado de capitais (Securitizadoras) estabelecendo contas escrow (conta de depósito em garantia) mantidos para assegurar o cumprimento de direitos e obrigações por parte dos contratantes.

Neste exercício de 2025, mais uma vez o BRP através da equipe econômica e de análise, demonstrou consistência nas projeções, refletindo um trabalho analítico rigoroso, com total alinhamento à leitura qualificada de cenário para as tomadas de decisões. Foram conquistados no ranking de Top 5 pelo Boletim Focus do BACEN, 12 prêmios sendo: Projeção de IPCA Curto Prazo de Junho a Dezembro, IPCA Médio Prazo do 3º e 4º trimestre, IPCA Administrados do 1º Trimestre, IPCA acumulado entre fevereiro 2024 a março 2025 e Câmbio de Médio Prazo no 4º trimestre. Além disso, estivemos nas primeiras posições no podium do Prisma Fiscal, no Longo Prazo, no resultado nominal e na Recita Líquida do Governo Central. Estar no podium é o resultado da dedicação e trabalho de alta performance dos nossos especialistas, cuja missão é sempre manter o alto padrão dos serviços prestados, tanto para nossos clientes, quanto para a sociedade.

O BRP sempre apoiou as iniciativas do regulador (Banco Central), na busca da solidez e eficiência do sistema financeiro nacional. Como projetos para 2026, o BRP segue participando da montagem do arcabouço junto as escrituradoras/registradoras do projeto de duplicata escritural, boleto dinâmico, registro de contrato imobiliário de compra e venda entre incorporador e mutuário entre outras melhorias e inovações.

O BRP encerrou o exercício de 2025 com um total de ativos de R$ 2.018,73 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/Financiamentos, Fianças, CPRs, CRAs, CRIs, FIDCs, Debêntures e FIP) representando R$ 1.359,85 milhões. A carteira expandida diminuiu em aproximadamente -2,13% com relação a dezembro 2024. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do exercício foi de R$ 33,237 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 223,72 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado, 14,2%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) somou R$ 1.500,08 milhões.

Ao final do exercício, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R$ 352,16 milhões representando 1,5x o PL demonstrando sua robusta capacidade de geração de caixa.

O índice de capital principal representou 14,62% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,50% agregando o adicional de capital principal. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes

para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto, 30 de janeiro de 2026.

A Administração

Av Pres. Vargas, 2121 – 4º andar
14020-260 Ribeirão Preto – SP
+55 (16) 2101 4600
www.brp.com.br

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Janeiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2025
Ativo		
Disponibilidades	5	61
Instrumentos financeiros		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	74.029
Títulos e valores mobiliários	6	665.197
Relações interfinanceiras	7	44.310
Operações de crédito	9	1.189.086
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(51.205)
Créditos a receber	24	34.004
Outros créditos	10	18.017
Ativos fiscais diferidos	18	23.979
Ativos não financeiros mantidos para venda	11	12.205
(-) Provisões para desvalorizações	11	(3.394)
Investimentos e participações	12	10.883
Imobilizado de uso	13	3.520
(-) Depreciações acumuladas	13	(1.965)
Total do ativo		**2.018.729**
Passivo		
Depósitos e demais instrumentos financeiros		
Relações interfinanceiras	7	270.091
Depósitos	14	443.356
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	669.927
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	16	385.848
Outras obrigações	17	
Sociais e estatutárias		1.731
Fiscais e previdenciárias		15.667
Diversas		8.388
Total do passivo		**1.795.007**
Patrimônio líquido	20	
Capital social		224.660
Reserva legal		3.282
Reservas de lucros		36
Lucros e prejuízos acumulados		(4.255)
Total do patrimônio líquido		**223.722**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.018.729**

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receitas da intermediação financeira		153.418	309.178
Operações de crédito	9	100.801	205.517
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	52.003	100.205
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8	613	3.456
Despesas da intermediação financeira		(120.463)	(227.567)
Operações de captação	14	(98.556)	(181.673)
Operações de empréstimos e repasses	16	(16.386)	(29.799)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(5.520)	(16.095)
Resultado bruto da intermediação financeira		**32.955**	**81.611**
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(14.225)	(30.275)
Receitas de prestação de serviços		2.492	4.729
Despesas de pessoal		(6.024)	(12.794)
Outras despesas administrativas		(7.764)	(15.732)
Despesas tributárias		(2.198)	(5.166)
Outras receitas operacionais		484	594
Resultado de participação em controlada	12	(1.215)	(1.908)
Resultado operacional		**18.731**	**51.336**
Resultado não operacional	24	470	(708)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**19.200**	**50.628**
Imposto de renda e contribuição social	18	(2.511)	(12.357)
Imposto de renda e contribuição social correntes		2.184	(14.157)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.695)	1.800
Participações no resultado	24	(2.533)	(5.033)
Lucro líquido no semestre / exercício		14.156	33.237

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro 2025
Resultado líquido do semestre / exercício	14.156	33.237
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total resultado abrangente do semestre / exercício	14.156	33.237

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucro		
Saldos em 30 de junho de 2025	**20**	**224.660**	**2.574**	**11.362**	**(4.255)**	**234.341**
Distribuição JCP 2025				(11.160)		(11.160)
Pagamento de dividendos aos acionistas				(10.075)		(10.075)
Lucro líquido no semestre					14.156	14.156
Destinações:						
Reserva legal			708		(708)	-
Juros sobre o capital próprio					(3.539)	(3.539)
Lucros a disposição dos acionistas				9.909	(9.909)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**20**	**224.660**	**3.282**	**36**	**(4.255)**	**223.723**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**20**	**224.660**	**1.620**	**22.674**		**248.954**
Ajustes de adoção inicial Res. CMN 4.966/21					(4.255)	(4.255)
Distribuição JCP				(17.939)		(17.939)
Pagamento de dividendos aos acionistas				(27.964)		(27.964)
Lucro líquido no semestre					33.237	33.237
Destinações:						
Reserva legal			1.662		(1.662)	-
Juros sobre o capital próprio					(8.309)	(8.309)
Lucros a disposição dos acionistas				23.266	(23.266)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**20**	**224.660**	**3.282**	**36**	**(4.255)**	**223.723**

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre / exercício	**14.156**	**33.237**
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	2.511	12.357
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.520	16.095
Provisão para participações no resultado	2.400	4.900
Depreciações	248	491
Resultado de participação em controlada	1.215	1.908
Provisão para contingências	289	185
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - Créditos a receber	(6.679)	(13.665)
Resultados com investimentos	(1.139)	(1.469)
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros	1.351	1.351
Ajuste a valor de justo de títulos e valores mobiliários	3.140	2.097
Variação em ativos e passivos	**5.777**	**4.954**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(74.029)	(74.029)
Títulos e valores mobiliários	(22.168)	158.776
Relações interfinanceiras (ativo)	46.291	67.271
Operações de crédito	(34.002)	(200.977)
Créditos a receber	(389)	(3.155)
Outros créditos	(12.000)	(23.130)
Ativos fiscais diferidos	4.695	(5.281)
Ativos não financeiros mantidos para venda	(721)	6.705
Relações interfinanceiras (passivo)	(85.777)	(132.997)
Depósitos	37.745	109.838
Recursos de aceites e emissão de títulos	29.420	80.097
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	121.950	19.521
Outras obrigações	(5.239)	2.316
Total variações	**28.789**	**62.443**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.939)	(9.531)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais antes dos impostos	(4.939)	(9.531)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**23.850**	**52.912**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de lucro de investida	1.476	3.105
Adição de ativo imobilizado	(139)	(307)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	**1.337**	**2.798**
Fluxo de caixa de atividade de financiamento		
Pagamento de lucros aos acionistas	(10.075)	(27.964)
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	(15.078)	(27.723)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(25.153)**	**(55.688)**
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**35**	**21**
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre / exercício	27	39
No fim do semestre / exercício	61	61
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**35**	**22**

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco" ou "BRP"), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas n° 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995. O BRP é um banco múltiplo com carteira comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing que tem como modelo, a atuação personalizada, voltada para a construção de um relacionamento de longo prazo junto aos clientes. A atuação do BRP é focada na oferta de crédito para pessoas jurídicas, oferecendo soluções seja de recursos próprios como capital de giro, operações estruturadas de crédito, plano empresário, compror/vendor e outros e recursos direcionados como repasses de linhas do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e do BNDES, entre outros. Em seu portfólio de produtos, destacam os créditos voltados para clientes pessoa física, geralmente ligados as empresas clientes do banco. O Banco além dos produtos de crédito, tem como especialização, a prestação de serviços financeiros que envolvem a estruturação de ativos financeiros, registros, custódias, liquidações financeiras nas depositárias centrais, gestão do cash in e cash out, confecção de contas digitais integradas com os aplicativos dos clientes, emissão e distribuição de títulos privados entre outros serviços personalizados. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando através de produtos e serviços financeiros e tecnológicos de altíssima qualidade que gerem impactos decisivos para o sucesso dos clientes. Isto tudo, trabalhando com agilidade e criando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 consolidam os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições de financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, trazendo similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

O Banco BRP prepara as demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade de suas operações e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2026.

a. Transição para a Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23

O Banco BRP adotou as normas e instruções que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Em especial, a Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23, que tem os seguintes tópicos aplicáveis à instituição:

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste

Somente Pagamento de Principal e Juros - "SPPJ");

- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas ("TJEO");

- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";

- A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;

- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;

- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação.

b. Adoção inicial

O BRP adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida à conta de sobras acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do BRP demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025. Está apresentada na nota "4".

c. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

- Resolução CMN nº 5.199, de 23/12/2024, que estabelece um cronograma de transição para a incorporação dos impactos no capital regulatório decorrentes da adoção do novo modelo de provisionamento.

- Lei nº 14.467, de 16/11/2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

- Lei nº 15.078, de 27/12/2024, altera a lei nº 14.467, que dispõe sobre a extensão do prazo para início das deduções dos créditos de inadimplência;

- IN 2.296 de 03/12/2025, que altera a Instrução Normativa RFB Nº 1700/2017, para atualizar as regras

relativas ao tratamento tributário aplicável às perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e definir os critérios de utilização da conta de lucros ou prejuízos acumulados na composição da base de cálculo dos juros sobre o capital próprio.

- Resolução CMN nº 5.185, de 29/11/2024, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026:

- A Resolução Conjunta nº 16/2025 do Banco Central (BC) e do Conselho Monetário Nacional (CMN) disciplina o modelo de negócios Banking as a Service (BaaS), estabelecendo regras claras sobre quem pode oferecer e contratar esses serviços, quais atividades são permitidas. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, com adequação completa até 31 de dezembro de 2026;

- A Resolução Conjunta nº 18/2025 do Banco Central (BCB) dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e implementação de política de qualidade das informações prestadas na esfera de atuação do Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, com adequação completa até 31 de dezembro de 2026;

- A Resolução BCB nº 538, de 18 de dezembro de 2025, altera a Resolução BCB nº 85, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre a política de segurança cibernética e sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, com prazos de adoção até março de 2026;

- A Resolução CMN nº 5.267, de 28 de novembro de 2025, do Banco Central do Brasil, atualiza as regras para o monitoramento e fiscalização do crédito rural, exigindo maior responsabilidade das instituições financeiras, o uso de sensoriamento remoto, conformidade ambiental e documentação técnica completa a partir de março de 2026.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

a. Moeda Funcional

As informações financeiras do Banco Ribeirão Preto estão representadas em reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil deve assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo. Quando identificada qualquer evidência de deterioração ou perda de valor, será reconhecida a desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Tais provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto em Resolução CMN nº 4.924/21 de 1/1/22 e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

d. Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações em depósitos interfinanceiros sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

e. Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA)**: instrumento financeiro cujo objetivo é manutenção com fins de recebimento de fluxos de caixa contratuais, constituído por pagamento de juros e principal. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo (valor de transação), acrescidos de seus custos e, periodicamente, mensurado pelo seu custo amortizado, para refletir os juros acumulados e amortizações de principal. Ganhos e despesas vinculadas a estes ativos e passivos financeiros serão reconhecidas nas rubricas de "Receita de intermediação financeira" e "Despesa de intermediação financeira".

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** ativo financeiro cujo objetivo pela instituição é manutenção para fins de retorno por meio de pagamento de juros e principal, mas que dentro do modelo de negócios também é previsto a venda do ativo. São inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação, posteriormente mensurados pelo valor justo com seus ganhos ou perdas reconhecidas em rubrica no patrimônio líquido de "Ajuste de avaliação patrimonial", até a realização da baixa deste ativo financeiro, com sua classificação para o resultado do período.

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** ativo financeiro gerido para transacionar de forma ativa e frequente (compra e venda de curto prazos) e que de acordo com o modelo de negócio, não atenda requisitos ao teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros). Inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados diretamente no resultado.

A classificação nas categorias CA e VJORA leva em consideração a avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como suas características e fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ).

Para determinação do modelo de negócios, o BRP avalia a estratégia da obtenção de resultados com o ativo financeiro, levando em consideração o disposto no Art. 5º da Resolução CMN 4.966/21:

- A forma como os resultados do modelo de negócio é avaliada e apresentada para a diretoria e para o conselho de administração

- Os riscos que podem afetar seu desempenho

- A base de remuneração dos gestores do negócio

Na aplicação do teste SPPJ, a instituição avalia se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros, para isso, leva em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos de crédito. Caso tais critérios não sejam atendidos, o instrumento financeiro recebe a classificação de VJR.

(ii) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

(iii) Reclassificação de instrumentos financeiros

O BRP não reclassificou instrumentos financeiros no período apresentado.

(iv) Baixa de instrumentos financeiros

Segundo o Art. 25 da Resolução CMN 4.966/21, o ativo financeiro deve ser baixado quando:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa expirarem
- For transferido e houver transferência substancial dos riscos e benefícios.

Passivos financeiros devem ser baixados quando a obrigação especificada no contrato expirar, for liquidada, cancelada ou extinta.

f. Taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro, esta inclui os custos de transação identificados como elegíveis e atreladas a originação das operações.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, o Banco BRP optou por utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e com características de crédito

g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários;
- Operações de crédito;
- Limites concedidos e não utilizados;
- Fianças.

O Banco BRP integra o segmento prudencial "S4", e para fins de apuração de perdas esperadas adota a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são classificados entre as carteiras "C1" a "C5", e os períodos de atraso das operações.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados para apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da Resolução BCB 352/23.

- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da Resolução BCB 352/23, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.

- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da Resolução BCB 352/23.

h. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O Banco BRP considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos, segundo artigo 3 da Resolução BCB 4.966/21:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos

- Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

- Para os TVMs – Títulos e Valores Mobiliários, independentemente do número de dias vencidos, porém que demonstrem redução de preço, liquidez ou piora na qualidade creditícia.

- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados para a condição de ativo problemático.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo a partir do momento em que a instituição não tem mais expectativa de recuperação e que o montante provisionado seja o total do valor contábil bruto do ativo financeiro.

O BRP deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como "cura". A cura também pode envolver renegociação de dívida, venda do ativo ou outras ações que minimizem as perdas.

i. Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

j. Investimento e participações

O Banco possui participação societária em registradores e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. Os investimentos nas registradoras são feitos pelo valor justo e os investimentos na controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 12).

k. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 4%; equipamentos de processamento de dados 20%; benfeitorias de 10% a 20%, pelo prazo máximo de nove anos.

l. Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

m. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

n. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro do exercício excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20%. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 18).

o. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição e realização de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas

mensalmente.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

4 Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

O BRP adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízo acumulados.

A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está demonstrado na tabela a seguir:

	% Patrimonio Liquido	Saldo
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024		**248.953**
Perda de crédito esperada para as operações de crédito	2,93%	7.294
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	0,09%	222
Perda de crédito esperada para limites de crédito concedidos e não utilizados	0,09%	222
Patrimônio liquido conforme a Resolução CMN 4.966/21 em 1º de janeiro de 2025	**3,11%**	**241.215**

(1) Modificação da mensuração de ativos financeiros de acordo com a nova classificação da norma; e

(2) Adequação contábil conforme requerido pela norma quando da reclassificação de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os quadros abaixo apresentam os ativos financeiros e passivos financeiros classificados de acordo as normas vigentes até 31/12/2024 e as novas categorias de mensuração de acordo a Resolução CMN 4.966/21:

31 de dezembro de 2024			Janeiro de 2025
Descrição	***Ativo/Passivo financeiro***	***Classificação / Mensuração***	***Nova classificação - Res.CMN 4.966/21***
Títulos e valores mobiliários	Títulos públicos	Para negociação	Valor justo no resultado
	Títulos privados	Mantidos até o vencimento / Para negociação	Valor justo no resultado / Custo amortizado
	Cotas de fundos	Para negociação	Valor justo no resultado
	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
Relações interfinanceiras	Relações interfinanceiras	Custo amortizado	Custo amortizado
Operações de crédito	Operações de crédito	Custo amortizado	Custo amortizado
	Prêmios a diferir	Custo amortizado	Custo amortizado
	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	Perda esperadas de ativos financeiros ao custo amortizado
Créditos a receber	Créditos a receber	Custo amortizado	Custo amortizado
Outros créditos	Impostos a compensar	Custo amortizado	Custo amortizado
	Outros créditos	Custo amortizado	Custo amortizado
Depósitos	Depósitos a vista	Custo amortizado	Custo amortizado
	Depósitos a prazo	Custo amortizado	Custo amortizado
Recursos de aceites e emissão de títulos	Letras de crédito imobiliário e do agronegócio	Custo amortizado	Custo amortizado
	Letras financeiras	Custo amortizado	Custo amortizado
Outros passivos	Relações interfinanceiras	Custo amortizado	Custo amortizado
	Obrigações por repasses	Custo amortizado	Custo amortizado
	Outras obrigações	Custo amortizado	Custo amortizado

5 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa é constituído por:

	31 de dezembro de 2025
Aplicações interfinanceiras de liquidez	
NTN - Notas do tesouro nacional	74.029
	74.029
Disponibilidades	
Caixa	9
Reserva livre	52
	61

6 Títulos e valores mobiliários

	31 de dezembro de 2025
	Valor líquido
Títulos e valores mobiliários a Custo Amortizado (CA)	88.892
Títulos e valores mobiliários a Valor Justo no Resultado (VJR)	576.305
Total	**665.197**

a. Ativos financeiros ao custo amortizado ("CA")

	31 de dezembro de 2025	
	Valor contábil bruto	Hierarquia valor justo
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	47.406	Nível 2
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	20.091	Nível 2
Debêntures	13.190	Nível 2
Títulos privados no exterior	12.006	Nível 2
Total	**92.693**	

Para os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2025, foram registrados os seguintes montantes de perdas esperadas:

	31 de dezembro de 2025		
	Valor contábil bruto	Perda esperada	Valor líquido
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	47.406	(2.941)	44.465
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	20.091	(382)	19.709
Debêntures	13.190	(251)	12.939
Títulos privados no exterior	12.006	(228)	11.778
Total	**92.693**	**(3.802)**	**88.892**

b. Ativos financeiros ao valor justo no resultado ("VJR")

	31 de dezembro de 2025			
	Valor líquido	Hierarquia valor justo	Valor ao custo amortizado	Ajuste a valor justo
LFT - Letras financeiras do tesouro	400.291	Nível 1	399.757	534
NTN - Nota do tesouro nacional	91.405	Nível 1	93.434	(2.029)
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	63.658	Nível 2	63.658	-
Vinculados à prestação de garantias - LFT	11.432	Nível 1	11.404	28
Debêntures	3.134	Nível 2	3.191	(58)
CRA - Certificados de recebíveis do agronegócio	6.386	Nível 2	6.634	(249)
Total	**576.305**		**578.079**	**(1.773)**

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, os resultados gerados pelos títulos e valores mobiliários, representados nas rubricas de "Receita de intermediação financeira" e "Despesa de intermediação financeira" foram registrados nos montantes:

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Resultado com operações compromissadas	5.605	9.323
Receita de juros - títulos públicos	32.614	60.427
Receita de juros - títulos privados	7.489	13.403
Receita de juros - fundos de investimentos	11.235	20.419
Ajuste a valor justo - títulos públicos	418	1.061
Ajuste a valor justo - títulos privados	(3.557)	(3.368)
Ajuste a valor justo - fundos de investimentos	(1.800)	(1.059)
Total	**52.003**	**100.205**

7 Relações interfinanceiras

a. Relações interfinanceiras ativas

Compostos por depósitos realizados no Banco Central do Brasil (BACEN) e valores a receber de outros participantes do sistema financeiro.

	31 de dezembro de 2025
Depósitos no Banco Central - pagamento instantâneo	43.564
Correspondentes no país	745
Total	**44.310**

Saldo descritos na rubrica de "Depósitos no Banco Central – pagamento instantâneo" refere-se à parcela do saldo diário da conta de reserva para pagamentos instantâneos (SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos) para transações entre contas correntes instantâneas (Pix).

b. Relações interfinanceiras passivas

	31 de dezembro de 2025
LFT - Vinculados a compromisso de recompra	250.084
NTN - Vinculados a compromisso de recompra	20.007
Total	**270.091**

8 Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos Instrumentos financeiros derivativos estão relacionados às taxas de câmbio e juros.

	31 de dezembro de 2025				
	Valor de referência (conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Efeito líquido (resultado semestre)	Efeito líquido (resultado exercício)	Valor contábil (patrimonial)
Posição ativa - Diferencial a receber					
Dólar futuro	30.428	(492)	613	3.456	-
Total	**30.428**	**(492)**	**613**	**3.456**	**-**

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía operações de Cédulas do Produtos Rural, indexadas em moedas estrangeiras (dólar) e com objetivo de buscar a proteção e mitigar os efeitos de exposição cambial, contratou via depositária central B3, contratos futuros de dólar. Tais contratos tem vencimento todo 1º dia útil do mês, com a gestão das áreas de Tesouraria e Risco na verificação das exposições, negociação, rolagem e controle.

9 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Ativos financeiros ao custo amortizado

i. Composição por modalidade

	31 de dezembro de 2025
	Valor contábil bruto
Capital de giro	297.067
Repasses de recursos de terceiros	262.560
Conta garantida / Plano empresário	252.870
Cédula de produto rural	240.694
Crédito imobiliário	63.218
Nota comercial	44.174
Crédito direto ao consumidor	12.914
Crédito rural	10.874
Crédito pessoal	4.474
Outros	242
Total	**1.189.086**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as receitas de juros de operações de crédito totalizaram R$205.517 no exercício e R$100.801 no semestre, registradas na rubrica de "Operações de crédito" na demonstração do resultado do exercício.

Parte substancial do valor registrado na linha de "Recuperação de crédito baixados como prejuízo" na demonstração do resultado do exercício, refere-se ao contrato de acordo mediante quitação integração de obrigações, relacionado à linha "Créditos a receber" (Nota 24).

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Rendas de operações de crédito	86.924	178.634
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	13.877	26.883
Total Receitas de Operações de crédito	**100.801**	**205.517**

ii. Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

	31 de dezembro de 2025					
	C1	**C2**	**C3**	**C4**	**C5**	**Valor contábil bruto**
Ativos não problemáticos						
Sem atraso	381.251	562.927	132.887		12.822	1.089.888
Até 14 dias de atraso	10.699	159			535	11.394
De 15 a 30 dias de atraso	2.557	1.258	4		479	4.298
De 31 a 60 dias de atraso	16.508	440			144	17.093
De 61 a 90 dias de atraso	1.036				257	1.293
	412.051	**564.785**	**132.892**	**-**	**14.237**	**1.123.965**
Ativos problemáticos não inadimplidos						
Sem atraso	383	1.639				2.022
Até 14 dias de atraso						-
De 15 a 30 dias de atraso						-
De 31 a 60 dias de atraso						-
De 61 a 90 dias de atraso						-
	383	**1.639**	**-**	**-**	**-**	**2.022**
Ativos problemáticos inadimplidos						
De 91 a 120 dias de atraso	654	23			12	690
De 121 a 150 dias de atraso	3.721					3.721
De 151 a 180 dias de atraso	607					607
De 181 a 210 dias de atraso	555				30	586
De 211 a 240 dias de atraso	11.437				4	11.441
De 241 a 270 dias de atraso	63		4.141		6	4.210
De 271 a 300 dias de atraso	105					105
De 301 a 330 dias de atraso	98				2	100
De 331 a 360 dias de atraso	21.330				7	21.337
Acima de 360 dias de atraso	18.109	1.262	913		19	20.302
	56.679	**1.285**	**5.054**	**-**	**81**	**63.099**
Total	**469.113**	**567.710**	**137.945**	**-**	**14.319**	**1.189.086**

iii. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		31 de dezembro de 2025				
Carteira	**Situação**	**Valor contábil bruto**	**Perda esperada incorrida**	**Perda esperada adicional**	**Perda complementar**	**Total perda**
C1	Ativos não problemáticos	412.051		(6.372)		(6.372)
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	383		(38)		(38)
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	56.679	(24.295)	(2.551)	(2.107)	(28.953)
		469.113	**(24.295)**	**(8.960)**	**(2.107)**	**(35.362)**
C2	Ativos não problemáticos	564.785		(7.954)		(7.954)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	1.639		(548)		(548)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	1.285	(772)	(44)		(815)
		567.710	**(772)**	**(8.545)**	**-**	**(9.317)**
C3	Ativos não problemáticos	132.892		(2.525)		(2.525)
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos					-
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	5.054	(3.345)	(187)		(3.532)
		137.945	**(3.345)**	**(2.712)**	**-**	**(6.057)**
C4	Ativos não problemáticos					-
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos					-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos					-
		-	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	14.230		(407)		(407)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos					-
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	88	(59)	(3)		(62)
		14.319	**(59)**	**(410)**	**-**	**(469)**
Total		**1.189.086**	**(28.471)**	**(20.627)**	**(2.107)**	**(51.205)**

iv. Movimentações das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O montante registrado na Demonstração do resultado, sendo R$16.095 no exercício e R$ 5.520 no semestre, referem-se as perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre operações de crédito, títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado e operações *off-balance* (garantias financeiras prestadas e limites de crédito concedidos e não utilizados)

São baixados para prejuízos os ativos financeiros que a instituição não tem expectativas de recuperação do valor e quando o total de perda esperada se iguala ao valor contábil bruto.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do estoque baixado para prejuízo totalizava o montante de R$29.248, sendo R$33, transferidos para prejuízos durante o exercício de 2025. No exercício, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$26.883.

v. Renegociações e reestruturações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram renegociadas conforme a Resolução BCB n° 352 de 23/11/2023, que se enquadravam nas condições que foram originalmente pactuadas do instrumento, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As renegociações totalizaram R$ 85.477.

No período, não ocorreram operações reestruturadas.

	31 de dezembro de 2025	% sobre total
Renegociações	85.477	7%
Total	**85.477**	**0**

vi. Concentração das operações

	31 de dezembro de 2025
Dez maiores devedores	370.519
Cinquenta seguintes maiores devedores	594.695
Cem seguintes maiores devedores	170.593
Demais clientes	53.278
Total	**1.189.086**

vii. Coobrigações e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – exposições *Off-Balance*

	Valor total	Valor FCC	Perda esperada
Garantias financeiras prestadas	4.655	4.655	(86)
Limite de concedido e não utilizado	149.525	14.952	(209)
Total	**154.180**	**19.608**	**(295)**

Os limites de crédito concedidos e não utilizados são provenientes de conta garantia/ plano empresário e o BRP utiliza fator de conversão de crédito (FCC) de 10%.

viii. Cessão de crédito

O BRP realizou no exercício operações de compra de carteira de crédito, do setor imobiliário. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025, das operações transacionadas no período é de R$5.135.

Sobre estas, foram auferidos ganhos no período no valor de R$359, referentes à diferença entre os saldos das operações à valor presente e o respectivo deságio proveniente da negociação da cessão, registrados na conta de "Outros créditos" com total de R$1.962 (Nota 10). Este saldo é diferido pelo prazo remanescente da carteira adquirida.

10 Outros créditos

	31 de dezembro de 2025
Imposto de renda e contribuição social pagos	9.531
Despesas antecipadas (serviços prestados)	5.021
Outros impostos a compensar	3.986
Prêmio a diferir sobre Operações de crédito	(1.962)
Depósitos judiciais	948
Outros	492
Total	**18.017**

11 Ativos não financeiros mantidos para venda

Saldo composto por bens imóveis recebidos pelo Banco pela liquidação de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, cuja grande maioria é proveniente de operações de crédito imobiliário.

O Banco mantém esforços na venda e diluição desses ativos. A movimentação, quanto a adições e baixas do período, segue demonstrado no quadro a seguir:

	Ativos não financeiros mantidos para venda	(-) Provisões para desvalorizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**18.910**	**(2.043)**	**16.867**
(+) Adições / Entradas	1.332	-	1.332
(-) Baixas / Vendas	(8.757)	-	(8.757)
Saldo em 30 de junho de 2025	**11.485**	**(2.043)**	**9.441**
(+) Adições / Entradas	2.863	-	2.863
(-) Baixas / Vendas	(2.142)	-	(2.142)
(+) Constituições provisões	-	(1.351)	(1.351)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**12.205**	**(3.394)**	**8.811**

O resultado das vendas desses bens está classificado na rubrica "Resultado não operacional" da demonstração do resultado, com montante no exercício de (R$ 1.047) e R$ 459 no semestre.

Foram provisionados no exercício, o montante de R$1.351 a títulos de desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

12 Investimentos e participações

	Participação no Capital (%)	Patrimônio Líquido (R$)	Resultado Equivalência Patrimonial (R$)	Valor Contábil 31 de dezembro de 2025
BRP Assessoria	96,00%	1.481	1.908	1.421
Nuclea S.A	0,53%	1.793.534	-	9.457
Outros investimentos			-	5
Saldo total			**1.908**	**10.883**

a. Participações em controlada

O Banco possui participação na BRP Assessoria, dedicada a prestar serviços de assessoria financeira, como emissão de dívidas estruturadas para pequenas e médias empresas, avaliação do valor de mercado de empresas e de projetos, com o objetivo de auxiliar na tomada de decisões e assessoramento em potenciais negócios estratégicos, incluindo possibilidades de fusão, cisão, ingresso de sócios ou alienação de participação de empresas.

O montante de participação R$ 1.421, tendo um resultado no exercício de R$ 1.908.

Os lucros auferidos no exercício foram distribuídos aos quotistas conforme estatuto social.

b. Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R$9.462, que se referem, substancialmente, a participação na empresa Nuclea S/A. A investida distribuiu dividendos no exercício, sendo o total recebido pelo Banco foi de R$3.105.

13 Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

	Taxa a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Depreciação do exercício	Custo líquido de depreciação 31 de dezembro de 2025
Móveis e equipamentos de uso	4%	109	(57)	(4)	52
Sistema de processamento de dados	20%	1.908	(1.272)	(157)	635
Benfeitorias e instalações	10% a 20%	1.503	(635)	(87)	868
Saldo total		**3.520**	**(1.965)**	**(247)**	**1.555**

14 Depósitos

Montante é constituído pelos saldos em conta corrente (depósitos a vista) e aplicações financeiras (depósitos a prazo):

	31 de dezembro de 2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	
Depósito a vista	58.232
Depósito a prazo	385.124
Total	**443.356**

O custo vinculado à captação de depósitos a prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$47.766, registrada na rubrica "Despesa de intermediação financeira – Operações de captação", na Demonstração do resultado do exercício, que tem como composição total:

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Custo de instrumentos de captação - compromissada	(25.445)	(48.303)
Custo de instrumentos de captação - depósitos	(25.602)	(47.766)
Custo de instrumentos de captação - recursos aceite e emissão de títulos	(46.952)	(84.514)
Fundo Garantidor de Crédito	(557)	(1.091)
Total Despesa Operações de captação	**(98.556)**	**(181.673)**

a. Composição por faixa de vencimento dos depósitos a prazo

	31 de dezembro de 2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	
Com vencimento em até 90 dias	10.199
Com vencimento entre 91 e 360 dias	58.385
Com vencimento superior a 360 dias	316.540
Total	**385.124**

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

Emissão de títulos de captação de letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras nos montantes:

	31 de dezembro de 2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	
LCI - Letras de crédito imobiliário	367.126
LCA - Letras de crédito do agronegócio	185.690
LF - Letra Financeira	117.111
Total	**669.927**

O custo vinculado a captação destes títulos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$84.514, registrada na rubrica "Despesa de intermediação financeira – Operações de captação", na Demonstração do resultado do exercício.

a. Composição por faixa de vencimento dos recursos de aceite e emissão de títulos

	31 de dezembro de 2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	
Com vencimento em até 90 dias	54.180
Com vencimento entre 91 e 360 dias	252.452
Com vencimento superior a 360 dias	363.295
Total	**669.927**

16 Obrigações por empréstimos e repasse

Obrigações de repasses de recursos do Banco nacional do desenvolvimento (BNDES e FINAME) e ao Ministério da agricultura e pecuária (FUNCAFE).

	31 de dezembro de 2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	
BNDES	16.591
FINAME	45.632
FUNCAFE	186.928
FUNCAFE - Recursos não repassados	136.696
Total	**385.848**

Sobre as operações com BNDES e FINAME, incidem a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), taxa Selic e dólar (TFBD). Sobre o repasse de recursos do FUNCAFE, incide taxa de juros média de 8% a.a. para os recursos liberados aos clientes e taxa básica de juros – Selic, para os recursos ainda não liberados. No demonstrativo de resultado, a rubrica "Operações de empréstimos e repasses", contempla os montantes apurados no exercício:

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
BNDES	(83)	(175)
FINAME	(3.670)	(7.791)
FUNCAFE	(7.219)	(14.877)
FUNCAFE - recursos não repassados	(5.414)	(6.956)
	(16.386)	**(29.799)**

a. Composição por faixa de vencimento

	31 de dezembro de 2025
Passivos financeiros ao custo amortizado	
BNDES	
Com vencimento em até 90 dias	-
Com vencimento entre 91 e 360 dias	978
Com vencimento superior a 360 dias	15.613
	16.591
FINAME	
Com vencimento em até 90 dias	-
Com vencimento entre 91 e 360 dias	6.832
Com vencimento superior a 360 dias	38.801
	45.632
FUNCAFE	
Com vencimento em até 90 dias	15.873
Com vencimento entre 91 e 360 dias	139.903
Com vencimento superior a 360 dias	31.152
	186.928
FUNCAFE - Recursos não repassados	
Sem vencimento	136.696
	136.696
Total	**385.848**

17 Outras obrigações

	31 de dezembro de 2025
Sociais e estatutárias	
Juros sobre capital próprio (Nota 20)	1.731
	1.731
Fiscais e previdenciárias	
IR / CSLL corrente a recolher	14.157
Encargos sobre folha de pagamento	690
Outros impostos a recolher	820
	15.667
Diversas	
Participações no resultado	2.400
Prestadores de serviços a pagar	1.927
Encargos trabalhistas	666
Provisões para contingências (Nota 19)	341
Provisões para perdas com compromissoes de crédito a liberar	209
Provisões para perdas com garantias financeiras/fianças	86
Valores a receber com garantias financeiras/fianças	172
Outros	2.587
	8.388
Total	**25.785**

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação de alíquota

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	50.628
Despesas de participações no resultado - PLR	(5.033)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	**45.594**
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(17.212)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	3.999
Base de cálculo	**32.382**
IRPJ (15%)	4.857
Adicional (10%)	3.214
Incentivos fiscais	(391)
IRPJ (25%)	7.680
CSLL (20%)	6.476
Ajuste Exercicio Anterior	
Total	**14.157**

b. Composição dos tributos diferidos

Créditos tributários	31 de dezembro de 2024	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2025
IRPJ e CSLL diferido sobre:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.300	29.602	(20.075)	18.828
Impairment de outros valores e bens	919			919
Provisão para contingências	70	130	(47)	153
Participações no resultado	631	2.160	(1.710)	1.081
Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	7.764	7.531	(12.306)	2.989
Outros	14	211	(216)	9
Instrumentos Financeiros	-			-
	18.698	**39.634**	**(34.354)**	**23.979**
Débitos tributários				
IRPJ e CSLL diferido sobre:				
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	-			-
	-	-	-	-
Total dos tributos diferidos	**18.698**	**39.634**	**(34.354)**	**23.979**

c. Estimativas de realização

Com base nas informações e análises mencionadas, e nas principais considerações e premissas descritas no estudo de realização, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 31 de dezembro de 2025 de 1,16% a.m., é de R$18.674, assegura adequadamente o registro contábil e sua realização estimada no primeiro ano de R$8.720, no segundo ao quinto ano no valor de R$8.558 e para os demais anos, de R$1.396. Não existem saldos de Crédito Tributário não ativados no período.

19 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica "Outras obrigações" no montante de R$ 341. O Banco BRP tem expectativas de desembolso dessas provisões nos próximos doze meses.

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**155**	**-**	**-**	**155**
(+) Constiuições	28	-	-	28
(-) Reversões	(1)	-	-	(1)
(-) Pagamentos	(131)	-	-	(131)
Saldo em 30 de junho de 2025	**51**	**-**	**-**	**51**
(+) Constiuições	290	-	-	290
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**341**	**-**	**-**	**341**

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis no total de R$6.286 e, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

20 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado e sua composição acionária é a seguinte:

		31 de dezembro de 2025	
		Quantidade ações	Valor (R$)
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	223.726.477	224.660

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2025, foi aprovado sobre o lucro líquido a distribuição e pagamento aos acionistas o montante de R$ 29.810, sendo composto de R$12.070 a títulos de dividendos; R$17.739 referente a juros sobre capital próprio, deduzido o imposto de renda na fonte no total de R$2.661.

O total do Patrimônio Líquido ao final do exercício é de R$ 223.722, sendo: R$ 224.660 – Capital social; R$ 3.282 – Reserva legal; R$ 36 – Reserva especial de lucro e (R$ 4.255) referente a Prejuízos acumulados.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária.

Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. No exercício de 2025, o BRP contabilizou juros sobre capital próprio conforme quadro demonstrativo:

	31 de dezembro de 2025
Juros sobre Capital Próprio no exercício	**19.470**
Juros sobre Capital Próprio previsto em Estatuto	8.309
Juros sobre Capital Próprio - Adicionais Propostos	11.160
IRRF recolhido	(2.661)
Juros sobre Capital Próprio - Pagos no exercício	(15.078)
Juros sobre Capital Próprio - mínimo obrigatório	**1.731**

21 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação deles.

a. Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação, sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e gerenciais onde se pode:

- Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes;
- Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito
- Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões
- Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998.

b. Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação, variação cambial e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em *trading* e *banking book*.

Nas operações classificadas como *trading* o BRP utiliza a metodologia *"value-at-risk"* para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como *banking* o BRP adota o modelo IRRBB (Instrumentos classificados na carteira bancária)

- Δ NII, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos.

Cabe a área de Risco gerenciar o risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária.

c. Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

d. Risco operacional

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

e. Risco Socioambiental

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações dispostas na Resolução CMN n° 4.945/21. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes, analisando a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Além gestão de risco socioambiental, o BRP tem como responsabilidade implementar as melhores práticas que promovam o bem-estar do seu público interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

f. Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pelo BRP, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

- **Limites Operacionais**

Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições

financeiras.

O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de consumo de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para os usuários internos e para os comitês estratégicos, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

		31 de dezembro de 2025
Ativos Ponderados pelo Risco	Patrimônio de Referência (PR)	226.913
	Patrimônio de Referência Nível I	226.913
	Capital Principal (CP)	226.913
	Ativos Ponderados por Risco - RWA	1.551.729
	RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	1.102.852
	RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	317.357
	RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	131.520
	IRRBB	1.041
	RWA + IRRBB	1.552.770
Requerimentos do Capital	Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	69.828
Margem sobre os Requerimentos de Capital	Margem sobre o Capital Principal Requerido	157.086
	Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	157.086
	Índice de Capital Principal (CP/RWA)	14,62%

A ponderação de risco de crédito (RWACPAD) já contempla as mudanças estabelecidas pela Resolução BCB n° 229/22, que estabelece os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital, mediante abordagem padronizada.

22 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 05, consolidada pelo CMN através da Resolução n° 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos, sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 31 de dezembro:

		31 de dezembro de 2025	
Classificação	**Descrição**	**Saldo**	**Rendimentos pagos no exercício**
Pessoal chave da administração			
Pessoa Física			
	Depósitos	2.078	231
	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	48.812	5.460
		50.890	**5.690**
Pessoa Jurídica			
	Depósitos	8.046	1.999
		8.046	**1.999**
Controlada			
Pessoa Jurídica			
	Depósitos	1.745	-
		1.745	**-**

a. Remuneração da diretoria

As despesas no exercício com remuneração dos diretores são compostas, basicamente, de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do ano.

23 Outras despesas e receitas operacionais

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2025	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Receitas de prestação de serviços		
Comissão de estruturação / reestruturação	963	1.880
Tarifas de custódia	1.054	1.621
Tarifas bancárias	476	1.229
	2.492	**4.729**
Despesas de pessoal	(6.024)	(12.794)
	(6.024)	**(12.794)**
Outras despesas administrativas		
Tecnologia da informação	(2.825)	(5.624)
Serviços Prestados	(1.416)	(2.787)
Legais / Jurídicas	(862)	(1.801)
Despesas com Ativos não financeiros mantidos para venda	(906)	(2.145)
Instalação / Ocupação	(399)	(835)
Depreciações	(248)	(491)
Auditoria externa	(275)	(509)
Doações, Publicações e Eventos	(342)	(517)
Outras	(491)	(1.023)
	(7.764)	**(15.732)**
Despesas tributárias	(2.198)	(5.166)
	(2.198)	**(5.166)**
Outras receitas operacionais	484	594
	484	**594**
Resultado de participação em controlada	(1.215)	(1.908)
	(1.215)	**(1.908)**
Total	**(14.225)**	**(30.275)**

24 Outras informações

(i) Foi auferido na rubrica de "Resultado não operacional" da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor de (R$ 708), sendo R$ 1.999 referente à valorização das ações da Nuclea S/A (Nota 12), (R$ 1.047) referente aos resultados auferidos nas vendas de ativos não financeiros (Nota 11), (R$ 1.351) referente à desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda (Nota 11), (R$ 289) referente a provisões para contingências e outras despesas que somam o montante de (R$ 20).

(ii) Durante o semestre, para pagamentos de participações nos lucros e resultados, foram provisionadas o montante de R$ 2.533, que serão distribuídas baseadas nas métricas definidas pelo banco.

(iii) No Balanço Patrimonial a rubrica de "Créditos a receber", no montante R$ 34.004 referem-se, substancialmente, à dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R$ 212 no exercício, referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato, um contrato de acordo judicial de recebimento de valores decorrente de recuperação de crédito baixado como prejuízo e venda de bens não de uso.

25 Resultados não recorrentes

Não foram identificados resultados não recorrentes no período.

26 Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.

* * *